



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1543/2001

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os seguintes servidores públicos:

Professor de 1º a 4º Série do Ensino Fundamental.....18 nível VIII

Professor de Educação Física.....01 nível VIII

Serviçal.....17 nível I

Monitor Assistencial.....14 nível VIII

Babá.....05 nível III

Zelador.....01 nível II

Médico.....03 nível XIV

Enfermeiro.....01 nível XII

Art. 2º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, prescindindo de concurso público.

Art. 3º Estas contratações serão feitas por um período de 6 (seis) meses, prorrogável por mais 6 (seis) meses.

Art. 4º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Executivo Municipal.

Art. 5º A remuneração do pessoal contratado será o correspondente ao nível no art. 1º da Lei 1030/87.

Art. 6º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta lei será em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de quadros de cargos e salários do serviço público.

Art. 7º Ao pessoal contratado nos termos desta lei, sem vínculo efetivo com o Município vincula-se obrigatoriamente ao Regime geral de Previdência Social de que trata a Emenda Constitucional nº 20.

Art. 8º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 9º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta lei o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de fevereiro de 2001.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 8 de março de 2001.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal

Rafael Antônio Saullo
Sec. Municipal de Administração